

## **Dependência econômica de pequenos municípios: há alternativas em relação à agroindústria canavieira em Pradópolis-SP?**

*Guilherme Cyrino Carvalho\**  
*Zildo Gallo<sup>+</sup>*

### **Resumo**

Esse trabalho tem por objetivo analisar a influência econômica da agroindústria canavieira num município de pequeno porte, no interior do estado de São Paulo, através da relação entre o município de Pradópolis e a usina São Martinho. Essa análise se debruçará sobre a economia do município através da avaliação de três conjuntos de dados secundários: (1) do Produto Interno Bruto – PIB – municipal; (2) do total de empregos da População Economicamente Ativa – PEA – em relação ao total da população do município; e (3) da divisão dos vínculos empregatícios por setor econômico. A partir dessa avaliação se discute as potencialidades do Plano de Desenvolvimento Rural como alternativa de desenvolvimento local, de modo a diminuir a dependência econômica em relação à Usina.

**Palavras-chave:** Agroindústria canavieira; desenvolvimento local; alternativas de desenvolvimento.

---

\* Administrador Público formado pelo curso de Administração Pública da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara-SP; Mestrando do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável da UNIARA em Araraquara-SP.

<sup>+</sup> Economista formado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCAMP; Doutor em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas; Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável da UNIARA em Araraquara.

## 1. Introdução

Os engenhos<sup>1</sup> de cana-de-açúcar são considerados a primeira atividade econômica implementada no Brasil, desenvolvida a partir do início do século XVI (ANDRADE, 1994). Sua instalação foi a forma adotada pela Coroa Portuguesa para promover uma rápida ocupação das terras da nova colônia, estabelecendo a atividade açucareira como a base econômica da metrópole e fomentando os negócios de transporte marítimo e de tráfico de escravos (VINHAS, 1968).

Em fins do século XIX ocorre um processo parcial de desenvolvimento dos meios de produção, concentrado no processo fabril, que originou o aparecimento de novas fábricas – as usinas – cuja inovação tecnológica se deu pela introdução da centrifugação que possibilitou a produção do açúcar branco<sup>2</sup> (QUEDA, 1972; RAMOS, 2007). Nessa época inicia-se um profundo processo de substituição dos engenhos pelas usinas, que resulta em gradual crescimento da produção da região Sudeste em relação à produção da região Nordeste do país (BRAY, 1989). Especificamente em São Paulo se observa a formação de empresas industriais, isso já no início do século XX, comandadas por uma nova burguesia, formada por descendentes de imigrantes, que substituem o antigo aristocrata rural pela nova burguesia urbana (QUEDA, 1972).

Nos anos 1930, o governo Getúlio Vargas (1930-1945) implementou uma série de densas transformações econômicas, políticas e sócio-culturais, que objetivaram sobrelevar o Estado oligárquico (IANNI, 1991). No âmbito específico da economia canavieira, a intervenção modernizadora, a partir da instalação do Estado Novo e até o início dos anos 1970, se apresenta de maneira inequívoca e pode ser dividida em três partes: a primeira tem contornos econômicos e está ligada à criação do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA; a segunda é institucional e tem como marco o Estatuto da Lavoura Canavieira - ELC; a terceira se apresenta como tecnológica e é representada pela criação da Estação Experimental de Cana de Araras e do Laboratório de Análises em Piracicaba, ambos no estado de São Paulo (QUEDA, 1972).

---

<sup>1</sup> “Os engenhos propriamente ditos constituíam, como se sabe, unidades produtoras bastante rudimentares, caracterizados por uma baixíssima eficiência. Movidos a tração animal durante grande parte do período colonial, já que a força hidráulica exigia um dispêndio muito maior de recursos financeiros para a construção do sistema de armazenagem e de d’água. (...). Trabalhavam com moendas verticais até meados do século XVIII.” (RAMOS, 1999, p. 38).

<sup>2</sup> “O desaparecimento do velho engenho, engolido pela usina moderna, a queda de prestígio do antigo sistema agrário e a ascensão de um novo tipo de senhores de empresas concebidas à maneira de estabelecimentos industriais urbanos indicam bem claramente em que rumo se faz essa evolução” (HOLANDA, 1997, p. 176).

Os preços internacionais do açúcar começam a cair em 1975, e em 1979 atingem seus piores índices, gerando uma retração nas exportações do produto justamente quando as usinas paulistas estavam prontas para utilizar o aumento de sua capacidade de esmagamento da cana proveniente das áreas também aumentadas de plantio – tanto as áreas próprias das usinas como as dos fornecedores – situação que ameaçava a sustentabilidade do subsetor (GUEDES et. al., 2002; RAMOS, 2007). Esse problema é resolvido graças a primeira crise internacional do petróleo (1973), que resulta numa explosão de preços da gasolina, o que permite ao Estado brasileiro investir pesadamente na produção de álcool para ser misturado à gasolina. Isso permitiu ao país diminuir a dependência energética em relação ao petróleo importado, resultando na criação, em 1975, o Programa Nacional do Álcool – PROALCOOL. A segunda fase do Programa se inicia a partir da segunda crise do petróleo, em 1979, e tem como objetivo produzir álcool combustível para abastecer unidades automotoras exclusivamente movidas a álcool. Com o fim da crise do petróleo (1986) e com a paulatina diminuição de financiamento do Estado, a produção de veículos movidos a álcool foi decaindo, passando de 94,4% do total de veículos produzidos em 1984 para 10% em 1990 (SEGATTI, 2009).

Em 1988 tem início o processo de desregulamentação do subsetor, com o fim do monopólio do governo federal para as exportações de açúcar, assim como o fim da política de cotas para a comercialização do produto no mercado interno. Em março de 1990 é extinto o IAA e as cotas para a produção do açúcar deixam de existir em 1991. No final dessa década (mais precisamente entre os anos de 1997 e 1999) foram liberados os preços primeiro do açúcar, após os do álcool e finalmente os da cana. Mas é entre os anos de 1998 e 2000 que oficialmente ocorre à desregulamentação do mercado sucroalcooleiro, com o Estado não mais intervindo diretamente no setor e iniciando o período de reestruturação da agroindústria canavieira. A partir desse momento inicia-se o processo de concentração de capital no subsetor. Com a concentração e a internacionalização<sup>3</sup> do capital, iniciou-se a reestruturação interna da agroindústria, fundada em dois pontos principais: a forma de administração, que se constitui na troca do modelo de administração familiar pela adoção

---

<sup>3</sup> “O processo de internacionalização envolvendo a cultura canavieira vem ganhando contornos novos, no circuito do qual, usinas sustentadas por relações familiares têm fechado, o que tem prejudicado os pequenos municípios que têm sua vida econômica norteada pela presença das agroindústrias e agravado as condições, já difíceis, dos trabalhadores rurais que vivem da cana.” (FERRANTE et. al., 2008, p. 21).

do modelo gerencial (próprio de empresas de ponta da indústria e do mercado financeiro); e o paradigma produtivo, que passou a se adequar às exigências institucionais nas relações trabalhistas e em relação às questões ambientais, principalmente através da intensiva mecanização.

Pode-se observar que a economia canavieira desempenha papel relevante não apenas do ponto de vista econômico, mas também histórico, político e social. Assim, surge a questão de como as atividades econômicas dessa poderosa agroindústria determinam o desenvolvimento dos pequenos municípios onde se encontram instaladas.

Nesse sentido, esse trabalho procura contribuir com as discussões acerca desse subsetor da economia nacional, avaliando o impacto econômico de suas atividades em pequenos municípios. Para tanto, esse artigo está dividido em cinco partes, além dessa introdução: Na primeira, apresenta-se, de forma sucinta, um levantamento histórico do município de Pradópolis e da usina São Martinho, com o objetivo de identificar o peso político e social da agroindústria para o município; na segunda, apresenta-se o referencial teórico que sustenta a análise desenvolvida nesse trabalho; na terceira destaca-se a dependência econômica do município em relação às atividades da usina, através da análise dos dados pesquisados; na quarta avalia-se o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, procurando identificá-lo como uma alternativa de desenvolvimento municipal para além da atividade econômica da agroindústria canavieira; e, finalmente, na quinta parte, apresentam-se as considerações finais.

## **2. O município de Pradópolis e a usina São Martinho**

### *O Município*

Pradópolis está situado na meso-região de Ribeirão Preto, caracterizada por ser a mais tecnificada e com grande percentual de colheita mecanizada, onde a agroindústria canavieira apresenta os melhores resultados de produtividade. (JULIO et. al., 2006). Encontra-se instalada no município uma das principais usinas processadoras de cana-de-açúcar do mundo, a usina São Martinho.

O município nasceu a partir da construção de uma vila no interior da Fazenda São Martinho, de propriedade da família Martinho Prado, em 1905, que na época era a segunda maior fazenda de café do país. O povoamento do município foi incrementado inicialmente

pela chegada de imigrantes europeus e, posteriormente, por imigrantes japoneses. Em 1945 o ciclo do café chega ao fim e em 1948 a grande fazenda se transforma em lavoura de cana-de-açúcar e é instalada uma usina de produção de açúcar. Esse fato influencia organização da agropecuária local como um todo, ocasionando a substituição de outras lavouras de café por plantio de cana, sendo que a partir desse ano a cultura de cana passa a ser incorporada decisivamente na economia local. Em 1958 o então distrito de Pradópolis é elevado à categoria de município.

Outro fato marcante para o município foi a fundação pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro – FEPASA – do Horto Florestal Guarani, numa área de 4.000 hectares. O local era utilizado pela Companhia para o cultivo de madeira para o fabrico de dormentes e abrigava uma grande colônia de trabalhadores. O fim da FEPASA e a conseqüente desativação do horto fomentaram, em 1992, a ocupação das terras por trabalhadores que reivindicavam a destinação do horto para a reforma agrária. O Projeto de Assentamento foi criado apenas em 1999 pelo governo do estado, contando com 273 lotes (CATI, 2009).

Pradópolis conta com uma população jovem, com taxa geométrica de crescimento populacional acima da média regional e estadual, com índice de envelhecimento abaixo da média e com a população com menos de quinze anos de idade um pouco acima das médias regional e estadual. Tem taxa de urbanização menor do que as médias regional e estadual, mas, ainda assim, se caracteriza como um município fortemente urbanizado.

**TABELA 1**

<b>Território e População</b>	<b>Ano</b>	<b>Município</b>	<b>Reg. Gov.</b>	<b>Estado</b>
Área	2012	167,2	9.300,43	248.209,43
População	2011	17.857	1.266.820	41.692.668
Densidade Demográfica (Habitantes/km <sup>2</sup> )	2011	106,8	136,21	167,97
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População – 2000/2010 (Em % a.a.)	2010	3,01	1,64	1,09
Grau de Urbanização (Em %)	2010	92,65	97,52	95,94
Índice de Envelhecimento (Em %)	2011	42,9	56,62	53,79
População com Menos de 15 Anos (Em %)	2011	22,22	20,87	21,48
População com 60 Anos e Mais (Em %)	2011	9,53	11,81	11,55

FONTE: Adaptado da Fundação SEADE, 2012.

Em Pradópolis, há evidências de tentativas de se conciliar a cultura da cana-de-açúcar com o desenvolvimento do município, com a utilização dos recursos provenientes de

impostos gerados a partir da atividade econômica da usina, principalmente no que tange aos investimentos em infra-estrutura urbana. (KOHLHEPP, 2010).

Dessa forma, o município apresenta boas condições de habitação e infra-estrutura, com resultados acima da média regional e estadual conforme dados da Fundação SEADE:

**TABELA 2**

Habitação e Infraestrutura Urbana	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Domicílios com Infraestrutura Interna Urbana Adequada (Em %)	2000	98,98	96,49	89,29
Coleta de Lixo – Nível de Atendimento (Em %)	2000	99,77	99,34	98,9
Abastecimento de Água – Nível de Atendimento (Em %)	2000	99,94	98,37	97,38
Esgoto Sanitário – Nível de Atendimento (Em %)	2000	99,65	96,91	85,72

FONTE: Adaptado da Fundação SEADE, 2012.

#### *A usina São Martinho*

A usina São Martinho foi fundada em 1948, quando foi adquirida pela família Ometto, abandonando o posto de segunda maior fazenda produtora de café do país para se transformar numa das maiores usinas processadoras de cana-de-açúcar do mundo. Os Ometto já possuíam duas outras usinas no interior do estado de São Paulo: a Boa Vista situada no município de Limeira; e a Usina Iracema situada em Iracemápolis. No ano de 2000, já no período de reorganização do subsetor originado a partir da desregulamentação iniciada pelo governo federal em 1999, é criada uma estrutura unificada para administrar o negócio, profissionalizando a gestão e preparando a companhia para a abertura de capital, o que acabou se consolidando no ano de 2007 (SÃO MARTINHO, 2011).

O Grupo São Martinho é composto pelas usinas São Martinho (Pradópolis-SP); Boa Vista (Limeira-SP); Iracema (Iracemápolis-SP); pela empresa Nova Fronteira Bioenergia, em sociedade com a Petrobrás Biocombustíveis, que detém a usina Santa Adélia (Quirinópolis-GO); e a OMTEK, uma unidade de biotecnologia localizada em Iracemápolis. Além das unidades produtoras, o Grupo ainda possui um escritório corporativo localizado na cidade de São Paulo; e o Centro de Serviços Compartilhados – CSC – unidade que concentra as áreas administrativa, jurídica, de recursos humanos, financeira, de suprimentos, de informática e de controladoria, localizado em Pradópolis-SP (SÃO MARTINHO, 2011).

Atualmente a usina São Martinho é a maior processadora de cana-de-açúcar do mundo, com moagem aproximada de 8,5 milhões de toneladas por safra. Possui elevado índice de mecanização, segundo a própria empresa, que se apresenta como um grande diferencial competitivo. Outros dois grandes diferenciais da usina, apresentado pelo Grupo, é sua área de armazenamento de açúcar a granel e a infra-estrutura própria de transporte ferroviário que garante que sua produção de açúcar e etanol chegue diretamente ao Porto de Santos, via ramal ferroviário particular da empresa. Além disso, todas as usinas do Grupo geram, a partir da queima do bagaço da cana, energia elétrica suficiente para garantir a auto-suficiência de suas unidades, possibilitando a venda da energia excedente (SÃO MARTINHO, 2011).

O Grupo São Martinho abriu seu capital em 2007 e, atualmente, seu quadro de acionistas apresenta-se da seguinte maneira:

**TABELA 3**

<b>Acionistas</b>	<b>Ações</b>	<b>%</b>
João Ometto Participações S.A.	28.511.900	25,23%
Luiz Ometto Participações S.A.	28.511.894	25,23%
Nelson Ometto Participações Ltda	12.159.718	10,76%
Administradores	3.633.128	3,21%
Tesouraria	139.000	0,12%
Free Float	40.044.360	35,44%
<b>Total</b>	<b>113.000.000</b>	<b>100,00%</b>

**FONTE: GRUPO SÃO MARTINHO** [www.saomartinho.com.br/composicaoacionaria](http://www.saomartinho.com.br/composicaoacionaria)

O Grupo detém uma área plantada estimada em 110.000 hectares, com um total de cana-de-açúcar processada de 13,1 milhões de toneladas. A produção do Grupo vem aumentando desde a abertura de capital (safra 2007/2008), como pode ser verificado na tabela abaixo:

**TABELA 4**

	2007/2008 abr/07 a mar/08	2008/2009 abr/08 a mar/09	2009/2010 abr/09 a mar/10	2010/2011 abr/10 a dez/10
Cana Processada (milhões de ton)	10,2	12,0	12,9	13,1
Açúcar (mil ton)	527	555	702	873
Etanol (mil m³)	520	674	594	565
Energia Elétrica (MWh)	-	89,4	158,5	163

FONTE: Adaptado de Grupo São Martinho [www.saomartinho.com.br](http://www.saomartinho.com.br)

Segundo dados da empresa, o Grupo São Martinho é responsável por 3,04% do total de etanol produzido no país; por 2,41% do volume de açúcar; e por 2,20% de cana. Na tabela 5, destaca-se a produção da usina São Martinho nas safras 2008/2009, 2009/2010, 2010/2011:

**TABELA 5**

USINA SÃO MARTINHO	SAFRA 2008/2009	SAFRA 2009/2010	SAFRA 2010/2011
Cana Processada (milhões de ton)	8,00	8,10	8,4
Açúcar (mil ton)	446	518	654,4
Etanol (mil m³)	411	319	311,5
Energia Elétrica (MWh)	24,8	28,4	28,1

FONTE: ADAPTADO GRUPO SÃO MARTINHO [www.saomartinho.com.br/](http://www.saomartinho.com.br/)

Os resultados financeiros permitem verificar o poderio econômico do Grupo. A tabela 6 apresenta os dados consolidados de todas as unidades, nas safras 2007/2008 até a safra 2010/2011:

**TABELA 6**

R\$ Milhões	2007/2008 abr/07 a mar/08	2008/2009 abr/08 a mar/09	2009/2010 abr/09 a mar/10	2010/2011 abr/10 a dez/10
Receita Bruta	787,4	867,6	1.282,1	1.079,2
Receita Líquida	712,4	774,4	1.183,3	1.014,5
Lucro Líquido	(48,8)	(71,9)	93,2	123,4
EBITDA Ajustado	132,8	189,8	363,6	411,4
Margem EBITDA Ajustada (%)	18,8	24,5	30,7	40,6

FONTE: GRUPO SÃO MARTINHO [www.saomartinho.com.br](http://www.saomartinho.com.br)

A Companhia está em fase de crescimento, tendo como estratégias principais incrementar sua política de fusões e aquisições de outras usinas brasileiras; fortalecer sua participação no mercado fornecedor de energia elétrica; iniciar a venda de créditos de carbono no mercado global aos países que não atingem os níveis de emissão previstos em protocolos internacionais. A Companhia também vem investindo esforços no sentido de aumentar seus níveis de eficiência, principalmente através de investimentos em tecnologia nos seus processos agrícolas, industriais e logísticos.

### 3. Referencial teórico

Esse trabalho é baseado nas discussões acerca do tema desenvolvimento, considerado como o crescimento de um conjunto de estrutura complexa, que não se atém apenas a questão tecnológica, se fundando, em verdade, na diversidade das formas sociais e econômicas constituída pela divisão do trabalho social. É, em suma, o aumento da produtividade do conjunto econômico complexo, com a capacidade de gerar uma mudança estrutural nas relações e proporções internas do sistema econômico, tendo como suas causas básicas as modificações nas formas de produção somadas as modificações na forma de distribuição e de utilização da renda.<sup>4</sup> (FURTADO, 1977).

No âmbito desse conceito de desenvolvimento, toma-se a concepção estruturalista<sup>5</sup> que entende que o comportamento das variáveis econômicas depende de variáveis não-econômicas, destacando a importância de se conhecer questões sociais, políticas e históricas de uma dada sociedade para tornar possível a compreensão do impacto dessas variáveis não-econômicas no comportamento da economia de uma forma geral. Em resumo, os economistas estruturalistas atribuem sentidos a análise sobre os processos econômicos

---

<sup>4</sup> “Desta forma, o desenvolvimento é ao mesmo tempo um problema de acumulação e progresso técnico, e um problema de expressão dos valores de uma coletividade.” (FURTADO, 1977, p. 93). Há economistas que procuram simplificar os conceitos: “O que chamamos de Desenvolvimento Econômico é apenas o codinome da relação PIB/Força de Trabalho ou PIB/População, que mede a ‘produtividade’ de trabalho. Desenvolvimento é maior nível de emprego possível. *O mais trágico desperdício de uma sociedade é não prover emprego decente para sua força de trabalho.*” (DELFIN NETTO; IKEDA, 2009, p. 36).

<sup>5</sup> “Como esses fatores não-econômicos – regime de propriedade da terra, controle das empresas por grupos estrangeiros, existência de uma parte da população ‘fora’ da economia de mercado – integram a matriz estrutural do modelo com que trabalha o economista, aqueles que deram ênfase ao estudo de tais parâmetros foram chamados de ‘estruturalistas’.” (FURTADO, 1977, p. 84).

de um determinado país apenas quando essa análise combina as variáveis econômicas com as variáveis não-econômicas<sup>6</sup> (FURTADO, 1977).

Na busca pelo desenvolvimento, as políticas macroeconômicas representam papel essencial, cujo objetivo principal é a promoção do crescimento e da industrialização tecnologicamente sofisticada. Essas políticas são elaboradas por governantes que, através dos instrumentos de planejamento de Estado, manuseiam os três pilares clássicos do planejamento macroeconômico: (1) a política cambial; (2) a política monetária; e (3) a administração fiscal (SICSÚ, 2009).

Atualmente economistas de variados matizes ideológicos se encontram as voltas com a teoria do novo-desenvolvimentismo<sup>7</sup>, que, grosso modo, defende metas mais rígidas de inflação, câmbio real, juro real, déficit fiscal e salário real para possibilitar que o país experimente um ciclo de crescimento econômico ancorado no crescimento consistente das exportações de produtos manufaturados. Acredita-se que, desse modo, haja uma expansão do produto real que, por sua vez, induzirá um crescimento da produtividade do trabalho, sustentando um crescimento não inflacionário dos salários reais, o que resultará na manutenção de taxas de juros reais baixas, garantindo a expansão da demanda agregada e, por consequência, impelirá que o empresariado realize investimentos consistentes na ampliação e na modernização da capacidade produtiva (OREIRO, 2012).

Nessa análise, parte-se da constatação de que o processo de desenvolvimento econômico de um país não distribui efeitos positivos simetricamente a todas suas regiões<sup>8</sup>, senão pelo contrário, comumente gera concentração de investimentos públicos e privados

---

<sup>6</sup> “Não há a menor dúvida: não existe uma teoria econômica capaz de informar uma estratégia única e universal para realizar o desenvolvimento econômico com equidade. Ele será sempre resultado da cultura e da demografia e condicionado pela geografia, pela história, pelas instituições e pelos interesses concretos que, inevitavelmente, controlam o poder incumbente que sempre se apresenta como asséptico.” (DELFIM NETTO; IKEDA, 2009, p. 43).

<sup>7</sup> “... a partir do início dos anos 2000, quando se torna clara a incapacidade de o Consenso de Washington promover o desenvolvimento econômico com estabilidade de preços, começou a surgir na América Latina um segundo momento da teoria estruturalista do desenvolvimento – uma *macroeconomia estruturalista do desenvolvimento* – que não mais se preocupa em demonstrar a necessidade da industrialização ou da transferência da mão de obra para setores com valor adicionado *per capita* mais alto (toma isso como pressuposto) e concentra sua atenção nos preços macroeconômicos, especialmente na taxa de juros e na taxa de câmbio. Ao mesmo tempo começa a se delinear uma nova estratégia nacional de desenvolvimento alternativa ao antigo nacional-desenvolvimentismo (superado por estarem os países em um estágio mais avançado de desenvolvimento) e ao Consenso de Washington, estratégia que será denominada ‘novo-desenvolvimentismo’. As novas ideias, como também um fenômeno político independente – a vitória de partidos políticos de esquerda e nacionalistas econômicos na América Latina – refletiam o mesmo fenômeno: o fracasso das reformas neoliberais em promover o desenvolvimento e em reduzir a desigualdade.” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 07).

<sup>8</sup> “A desigualdade é corrosiva. Faz com que as sociedades apodreçam por dentro. O impacto das diferenças materiais exige algum tempo para se manifestar, mas aos poucos a competição por status e bens aumenta; as pessoas desenvolvem uma sensação de superioridade (ou inferioridade) baseada em seu patrimônio; cresce o preconceito contra os que ocupam os patamares inferiores da pirâmide social; o crime se agrava e as patologias ligadas à desigualdade social se destacam ainda mais. O legado da acumulação desregulada de riqueza sem dúvida é amargo.” (JUDT, 2011, p. 30).

em um reduzido número de centros urbanos médios e grandes, produzindo, em última instância, resultados sociais indesejados, aumentando a pobreza graças à concentração de renda (SEPÚLVEDA, 2005). Esse fato vem provocando o surgimento de movimentos de valorização da desconcentração dos círculos decisórios e da construção de um novo modelo de desenvolvimento, que supere verdadeiramente os problemas que as políticas macroeconômicas não dão conta de resolver.

Daí surgem os modelos de desenvolvimento que levam em conta a preservação do meio ambiente e a participação popular nos processos decisórios. As discussões sobre o de eco desenvolvimento e o desenvolvimento alternativo, são substituídas pela ideia de desenvolvimento sustentável, que apresenta um rol de medidas que o Estado nacional deve adotar para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento. Essas medidas são: (1) manutenção de um nível populacional; (2) provisão de condições para alimentação dessa população no longo prazo; (3) medidas de preservação dos ecossistemas; (4) adoção de tecnologias de produção industrial, baseadas em fontes renováveis de energia; (5) aumento da produção industrial de países em desenvolvimento baseada em tecnologias ecologicamente adaptadas; (6) controle do processo de urbanização e adoção de ações de integração entre campo e cidade; (7) ações que garantam a satisfação das necessidades básicas das populações (GALLO, 2007).

Essa nova concepção de desenvolvimento pode ser resumida na ideia de que todo o processo produtivo tem que ser baseado no atendimento das necessidades das gerações presentes e futuras, levando-se em consideração questões econômicas, sociais e ambientais, que demandam novas atitudes e novos objetivos por parte do Estado, que no caso brasileiro, se apresentam nos três níveis de governo: municipal, estadual e federal. (GALLO, 2007).

Por isso tem sido adotada nos últimos anos, principalmente nos países em desenvolvimento, a ideia do desenvolvimento regional<sup>9</sup>, que busca propiciar às regiões não

---

<sup>9</sup> O desenvolvimento regional "... implica um processo de mudança em diversas dimensões: a social, a ambiental, a político-institucional e a econômica, assim como também suas interações. Quer dizer, ocorre um redirecionamento no sentido do uso e da gestão reacional de unidades territoriais (regiões e microrregiões) para concretizar uma perspectiva de desenvolvimento de longo prazo. De fato, se propõem mudanças que contemplem a redistribuição no uso da base de recursos naturais e o acesso aos mesmos sob uma visão de manejo integrado de recursos naturais; aumentos nos níveis de produtividade e no grau de diversificação da produção mediante a formação de cadeias agroalimentares e complexos produtivos; a transferência do poder político para os governos locais; a redistribuição do acesso aos processos de tomada de decisões e a distribuição equitativa das oportunidades geradoras de empregos e renda, de acordo com a heterogeneidade existente nas populações humanas em termos geracionais", étnicos", econômicos e de gênero." (SEPÚLVEDA, 2005, p. 33).

beneficiadas pela concentração de investimentos, níveis crescentes de equidade social, espacial e ecológica (SEPÚLVIDA, 2005). Esse processo de transformação requer uma mudança política fundamental, que possibilite maior participação popular nas decisões públicas através do aprofundamento da participação democrática e da desconcentração de poder.

É curioso se verificar que o processo de desconcentração do poder em relação à gestão pública ocorre, no Brasil, fundado em dois aspectos primordiais: o primeiro foi a consolidação do processo de redemocratização, culminando com a Constituição de 1988, que estabeleceu formalmente a descentralização federativa, considerando efetivamente os municípios como entes federativos; o segundo foi a aplicação do receituário neoliberal, adotado para responder à crise do modelo nacional-desenvolvimentista, que dentre outras reformas, instituiu a ideia da eficiência, da eficácia e da efetividade do gasto público num cenário extremo de escassez de recursos financeiros. Assim, a descentralização na gestão pública de serviços e de programas públicos era entendida como uma forma de aumento do grau de eficiência na administração dos custos do Estado, sendo a transferência de responsabilidades do nível central de governo para os governos subnacionais uma forma de diminuição do custo da administração pública (FARAH, 2010). Essa reforma neoliberal acabou por proporcionar um efeito inesperado para seus defensores (que na verdade estavam apenas preocupados em diminuir os custos da ação do Estado), que foi o aumento potencial da democratização política: ao descentralizar a gestão pública para municípios, os neoliberais aproximaram o processo decisório do cidadão morador da cidade. Isso, de certa forma, contribuiu para potencializar o processo participativo democrático no nível local<sup>10</sup>.

É necessário, portanto, superar as tradicionais formas de análise sobre desenvolvimento rural que, em síntese, procuram identificar o campo como apêndice do desenvolvimento urbano, tratando-o de maneira reducionista apenas como um fornecedor de alimentos e de mão-de-obra para a cidade. Analisar o desenvolvimento rural de uma forma mais adequada requer considerar a evolução das economias locais, combinando as

---

<sup>10</sup> “O primeiro impulso para este novo eixo veio, como já apontado, do campo neoliberal ou liberal-conservador. No entanto, alguns desses novos elementos passaram a integrar também a agenda progressista. Na análise da gestão local dos anos 1990 e do início do século XXI, é possível identificar a presença do componente democrático e de elementos que enfatizam a eficiência tanto em governos de corte conservador, gestões progressistas. O que varia é a ênfase atribuída a cada um desses vetores: em gestões de corte liberal-conservador, atribui-se maior importância à eficiência; em gestões de perfil social-democrata ou de esquerda, enfatiza-se a democratização da gestão e a busca da justiça social.” (FARAH, 2010, p. 151-152).

análises sobre o meio rural e o urbano, suas interações e imbricações, além de estudar as bases de suas relações comerciais, observando a importância de temas como produção, geração de emprego e renda, meio ambiente, para citar apenas as mais evidentes. (SCHEJTMAN, 1998).

#### 4. A dependência econômica em relação à Usina

A importância do subsetor para o município de Pradópolis se evidencia ao se observar os dados de constituição do PIB municipal.

**TABELA 7**

Produto Interno Bruto total a preços correntes

ANO	PIB Total	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	IMPOSTO <sup>1</sup>	SERVIÇOS <sup>2</sup>
	Em milhões R\$	%	%	%	%
1999	190,82	2,21	52,33	9,64	35,82
2000	218,45	2,56	53,43	10,19	33,80
2001	222,62	2,73	51,06	10,51	35,70
2002	223,74	5,29	47,73	9,66	37,32
2003	533,99	2,23	61,78	9,41	26,58
2004	533,55	1,42	63,35	9,27	25,96
2005	674,74	1,33	64,08	8,05	26,54
2006	966,96	1,20	66,78	9,04	22,98
2007	616,18	1,37	62,79	8,59	27,25
2008	330,13	2,92	44,99	11,42	40,67
2009	574,46	2,16	56,21	9,55	32,08

<sup>1</sup> Total de impostos gerados no município

<sup>2</sup> Setor de serviços, incluindo a Administração Pública

FONTE: Adaptado de Fundação SEADE 2012

Muito embora as informações sobre o PIB da agropecuária e da indústria não estejam detalhadas, impedindo uma análise acurada sobre as empresas cujas atividades foram as maiores responsáveis pelo resultado final, é possível inferir que a agroindústria canavieira é a grande geradora desses resultados, tendo-se em vista que a usina São Martinho é única grande indústria transformadora do município e, além disso, é também a que possui a maior lavoura de cana-de-açúcar (CATI, 2009). Com isso, torna-se evidente o peso da usina na economia do município.

Além do PIB, os dados referentes a evolução do emprego no município evidencia também o peso que a atividade econômica da usina exerce em Pradópolis. Avaliando esses números é possível visualizar a influência socioeconômica que a usina exerce naquela localidade:

**TABELA 8**

População Total, População Economicamente Ativa X Vínculo Empregatício Total

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	PEA	VÍNCULO EMPREGATÍCIO	Vínculo X População	Vínculo X PEA
1999	12.543		4.127	32,90	
2000	12.880		3.906	30,33	
2001	13.301	6.549	4.127	31,03	63,02
2002	13.716	6.743	4.215	30,73	62,51
2003	14.138	6.997	4.591	32,47	65,61
2004	14.580	7.208	4.686	32,14	65,01
2005	15.037	7.628	5.003	33,27	65,59
2006	15.494	7.853	5.196	33,54	66,17
2007	15.950	8.086	5.677	35,59	70,21
2008	16.407	8.325	5.887	35,88	70,71
2009	16.865	8.438	6.278	37,22	74,40
2010	17.334		6.118	35,29	

FONTE: Adaptado de Fundação SEADE, 2012.

A tabela abaixo aponta a evolução dos vínculos empregatícios no município divididos por setor econômico. Observe-se que os dados mais recentes (2010) identificam que do total da população formalmente empregada, 70,61% de vínculos partem da indústria.

**TABELA 9**

Participação dos Vínculos Empregatícios por setor da economia no Total de Vínculos (em %)

ANO	SETOR ECONÔMICO					
	TOTAL	Agropecuária	Comércio	Construção Civil	Indústria	Serviços
1999	4.127	66,82	2,91	1,46	19,63	9,18
2000	3.906	62,52	4,33	0,08	20,05	13,03
2001	4.127	55,15	7,05	0,05	20,98	16,77
2002	4.215	0,78	7,64	0,43	78,20	12,95
2003	4.591	0,52	7,82	0,26	79,83	11,57
2004	4.686	0,28	7,34	0,43	77,91	14,04
2005	5.003	0,40	8,69	2,84	75,59	12,47
2006	5.196	0,38	10,26	3,41	74,23	11,72
2007	5.677	0,37	11,36	3,63	69,98	14,66
2008	5.887	0,65	11,70	3,09	70,53	14,03
2009	6.278	0,25	10,86	3,90	66,50	18,48
2010	6.118	0,23	9,63	2,57	70,61	16,97

FONTE: Adaptado de SEADE, 2012.

Apesar de existir no município um total de 23 estabelecimentos industriais, a quase totalidade dos empregos diretos gerados por esse setor econômico se concentra na agroindústria canavieira. Além disso, os demais estabelecimentos têm seus negócios ligados indiretamente as atividades econômica da usina, o que transforma esses postos de trabalho formal numa geração de empregos indireta da grande agroindústria.(CATI, 2009).

## **5. O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável como alternativa de desenvolvimento**

Ações voltadas para o desenvolvimento rural têm que considerar a combinação de políticas que propiciem amparo social aos trabalhadores em situação de extrema pobreza (as políticas compensatórias) com políticas estruturais (de habitação e educação, por exemplo) que estabeleçam condições efetivas de combate a pobreza, em prol do desenvolvimento do lugar (GRAZIANO DA SILVA, 1995).

Considerando cidade e campo como parte de um todo complexo, o desenvolvimento rural é dinamizado (ao mesmo tempo em que dinamiza) pelo conjunto das atividades econômicas localizadas. Por isso, políticas que incrementem a produção agrícola local de alimentos ao mesmo tempo em que desenvolvam meios de agregação de valor a essa produção são tão importantes para a economia municipal. Assim, agroindústrias pequenas, adequadas à produção local, servem de importante instrumento capazes de (1) incrementar as demandas microrregionais por alimentos; (2) fomentar os intercâmbios microrregionais de comércio; (3) viabilizar a produção da pequena propriedade; (4) auxiliar na criação de empregos urbanos; (5) diminuir a possibilidade de evasão da população local, a partir da abertura de novas oportunidades de emprego e renda (PANIAGUA, 1998).

Nesse cenário, cabe ao poder público municipal assumir o relevante papel de estimulador da diversificação das atividades econômicas localizadas, com o fulcro de minorar os efeitos nocivos advindos da extrema dependência econômica e financeira das atividades de apenas uma (ou de poucas) grande empresa. Dentre os instrumentos capazes de promover políticas públicas desse espectro, há a possibilidade de municípios da mesma região constituir parcerias no sentido de otimizar recursos, instalações e aptidões locais, complementando a produção municipal com a de outros municípios, constituindo uma espécie de zona comercial microrregional, onde municípios passam a se relacionar em rede<sup>11</sup>. Esse tipo de proposição organizativa entre os poderes públicos microrregionais, em regra, proporciona maior força às autoridades locais para barganhar políticas públicas próprias dos outros entes federativos (estado e União), além de multiplicar as

---

<sup>11</sup> “... aquellas localidades que forman parte de un conjunto o subconjunto regional em el que se reproduce una relación funcional entre sus partes, tienden a transformar su base productiva y a mejorar progresivamente su inserción em la economía regional (PANIAGUA, 1998, p. 261).

potencialidades de cada um dos municípios componentes dessa rede de parceria (ALVES; ASSUMPÇÃO, 2002).

Para que uma mudança nesse sentido se concretize há que se adotar procedimentos básicos que possibilitem a construção de uma agenda comum entre os variados municípios de uma microrregião: (1) a realização de um diagnóstico microrregional que considere as especificidades de cada um dos municípios (históricas, culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais), de modo a indicar as características e potencialidades de cada um deles, além de sua inserção regional; e (2) baseado no resultado do diagnóstico, é preciso estabelecer prioridades de ação em cada um dos municípios, tendo como norte a integração microrregional, sendo que nessa fase se evidenciam as potencialidades econômicas de cada membro o que permite a planejar complementaridade entre esses municípios (DE LORENZO; FONSECA, 2008).

Portanto, o primeiro passo para a constituição de políticas de desenvolvimento municipal é a realização de um diagnóstico que permita ao poder público local planejar ações em seu território e, posteriormente, construir ações microrregionais em conjunto com os municípios vizinhos. O fato de Pradópolis se caracterizar como um município tradicionalmente ligado às atividades econômicas rurais, faz do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS – um instrumento concreto que o poder público local deve lançar mão para auxiliar nas políticas de desenvolvimento local.

O PMDRS de Pradópolis foi elaborado coletivamente entre representantes da sociedade civil organizada, da prefeitura e da CATI. O Plano foi construído a partir das informações constantes do Plano da Microbacia Hidrográfica do Córrego Guarani, entrevistas com lideranças da sociedade civil organizada, reuniões realizadas com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Pradópolis. O objetivo primordial do PMDRS foi identificar pontos de estrangulamento que inviabilizam a produção e a comercialização de produtos agrícolas do município, em especial: (1) falta de recursos financeiros e estruturais; (2) falta de acesso aos padrões técnicos de produção; (3) dificuldades de comercialização da produção. Em síntese, o Plano procura identificar os problemas que impedem o desenvolvimento da produção dos pequenos produtores locais ao mesmo tempo em que procura apontar soluções que permitam a viabilização econômica desses pequenos produtores.

### ***Resumo dos resultados apresentados pelo PMDRS***

Na tabela 10 constam os principais resultados do diagnóstico realizado pelo PMDRS. Note-se que o Plano identificou as principais culturas já desenvolvidas no município, apresentando-as como potencialidades a serem trabalhadas.

**TABELA 10**

Culturas com tradição de produção no município. Identificadas as potencialidades que devem ser exploradas, as demandas para a transformação dessa realidade, as propostas para a implementação das ações necessárias.

<b>CULTURA</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>	<b>DEMANDAS</b>	<b>PROPOSTAS</b>
Cana-de-açúcar	Acesso a novos mercados. (Exemplo: cachaça e açúcar orgânico).	Informações; capacitação de produtores; infra-estrutura produtiva; projetos produtivos e de comercialização; assistência técnica adequada.	Elaboração e implementação de programas de fomento à produção e a comercialização; baseados em apoio financeiro, técnico e administrativo.
Hortaliças	(1) Aumento de produtividade; (2) Processamento da produção para agregação de valor; (3) Incremento da participação em programas públicos de aquisição.	(1) Aumento da produtividade através de projetos adequados de cultivo de culturas apropriadas para irrigação; (2) Constituição de novos canais de comercialização; (3) apoio e estímulo à participação em programas oficiais de aquisição de alimentos.	Auxílio na melhoria da infraestrutura produtiva; fomento aos projetos de agregação de valor da produção; implementação de projetos de apoio à participação em programas oficiais de aquisição.
Eucalipto	(1) Aumento de produtividade; (2) fornecimento da produção para empresas do ramo.	(1) Transferência de técnica e de tecnologia adequada à pequena produção; (2) Apoio à participação do pequeno produtor ao mercado.	Programas de incentivo à aquisição de equipamentos adequados; apoio técnico à produção; viabilização de canais de comercialização.
Milho	(1) Aumento da produtividade; (2) processos de agregação de valor.	(1) Apoio técnico e tecnológico à produção; (2) Implantar infraestrutura de armazenamento e de beneficiamento da produção.	Programas de incentivo à aquisição de equipamentos adequados à pequena produção; projetos de assistência técnica coletiva; disponibilização de infraestrutura de armazenamento e de beneficiamento da produção.
Leite	(1) Aumento da produtividade; (2) processos de agregação de valor à produção.	(1) Apoio técnico no manejo de pastagens; (2) apoio técnico no manejo dos animais; (3) implantar infra-estrutura de beneficiamento da produção; (4) instalar sistemas de energia elétrica adequados à produção (energia trifásica).	Assistência técnica adequada; apoio à aquisição de equipamentos voltados ao beneficiamento da produção; projeto de adequação do sistema de energia elétrica do Projeto de Assentamento do Horto Guarani.
Fruticultura	(1) Aumento da produtividade; (2) processos de agregação de valor à produção; (3)	(1) Adequação dos processos produtivos; (2) infra-estrutura de beneficiamento da produção; (3) apoio na participação dos	Projetos de aquisição de equipamentos voltados à produção; assistência técnica adequada; projetos de apoio ao

	incentivo à participação em projetos oficiais de aquisição de alimentos.	programas oficiais de aquisição.	associativismo e ao cooperativismo; projetos de apoio técnico e financeiro da produção e da comercialização; apoio à participação nos programas oficiais de aquisição.
--	--	----------------------------------	--

FONTE: Adaptado do PMDRS (CATI, 2009).

Observe-se que o PMDRS apresenta um conjunto de possibilidades que devem ser trabalhadas para que se possa fomentar o desenvolvimento da pequena produção agrícola do município. Isso faz do Plano um bom instrumento inicial de intervenção do poder público local para a viabilização de atividades econômicas alternativas à agroindústria canavieira.

Destaque-se que o PMDRS não permite que o município constitua uma rede de negócios que tenha condições de superar sua dependência econômica em relação as atividades da usina, mesmo porque esse não é seu objetivo. Porém, ele se configura como um instrumento valioso de intervenção do poder público local para fomentar atividades econômicas que não dependam da agroindústria canavieira, instituindo um conjunto de iniciativas que podem se desenvolver paralelamente a agroindústria.

## **6. Considerações finais**

A agroindústria canavieira tem grande peso histórico e econômico no Brasil. Em seu atual estágio de desenvolvimento, essa agroindústria se caracteriza por ter capital aberto, por ter uma administração profissionalizada, por estar em momento de concentração de capital e por passar por um rápido processo de internacionalização. Isso confere um peso ainda maior para essas companhias.

No caso de Pradópolis, a usina São Martinho tem um peso econômico desproporcional, o que permite verificar a existência de uma relação de dependência do município ante as atividades da usina. Por isso, pode-se afirmar que qualquer processo de reorganização das atividades econômicas ou reestruturação administrativa/ produtiva do subsetor poderia ocasionar a desestabilização econômica no município, com prováveis conseqüências sociais negativas. Dentre os indicadores dessa desestabilização o número de emprego é dos mais relevantes.

Com relação aos processos de desenvolvimento, nota-se que há um novo momento histórico. Desde a crise do ideário neoliberal, o desenvolvimentismo ganhou novo fôlego, com o Estado emergindo novamente com papel protagonista na economia. Esse novo quadro mundial impacta no papel do poder local, modificando sua configuração.

No período neoliberal, houve, a partir da diminuição do papel do Estado nacional, uma transferência de obrigações ao ente federativo municipal. No atual momento histórico, esse papel é modificado, passando o município a ser considerado um participante efetivo no processo, deixando de ser apenas um receptor das demandas dos demais entes federativos. Isso pode significar uma oportunidade de concretização da participação do poder local como parte constituinte dos processos de desenvolvimento.

Em regra, municípios (em especial os de pequeno porte) que abrigam em seu território grandes agroindústrias têm sua estrutura econômica ligada diretamente às atividades dessas empresas. Em maior ou menor grau, a influência econômica e política desses complexos afetam diretamente a forma como essas localidades organizam suas relações socioeconômicas.

Esse é o caso de Pradópolis. Afinal a usina instalada em seu território é a responsável pela esmagadora maioria dos empregos gerados pela indústria local. Esse fato dá a dimensão da importância socioeconômica da usina para o município.

Para construir alternativas de desenvolvimento econômico, o poder público de Pradópolis conta com o PMDRS, um importante instrumento norteador na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento local. Pela forma como foi concebido, o Plano demonstra ter possibilidades concretas de implementação.

Há que se destacar que o PMDRS tem alguns limites claros: (1) trata apenas do desenvolvimento sob a perspectiva rural, se furtando a discutir o desenvolvimento urbano; (2) ainda não explora as possibilidades da agricultura familiar como um todo, estando muito focado apenas no assentamento Guarani; e (3) não compreende a perspectiva microrregional, fundamental para a construção de uma rede sólida de municípios parceiros na caminhada por um desenvolvimento socioeconômico mais equilibrado.

Ainda assim, é possível afirmar que ele se constitui como um instrumento concreto que deve ser efetivamente implementado.

## Referências

ALVES, Francisco; ASSUMPÇÃO, Maria Rita. Reestruturação e desregulamentação do complexo sucroalcooleiro: disfunções e propostas de políticas públicas. *In*: PAULILLO, Luiz Fernando; ALVES, Francisco (orgs.). **Reestruturação agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Carlos: EDUFSCAR, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

BRAY, Silvio Carlos. **A formação do capital na agroindústria açucareira de São Paulo: revisão dos paradigmas tradicionais**. Tese de Livre Docência do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Rio Claro-SP, 1989.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**. São Paulo, 26, 75, p. 07-28, 2012.

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI. [http://www.cati.sp.gov.br/new/cmdr\\_plano.php?cod\\_mun=410](http://www.cati.sp.gov.br/new/cmdr_plano.php?cod_mun=410). Acesso em 08 de março de 2012.

DELFIM NETTO, Antonio; IKIDA, Akihiro. Estratégias de desenvolvimento. *In*: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2009.

DE LORENZO, Helena; FONSECA, Sergio de Azevedo. A promoção do desenvolvimento local apoiada em redes de municípios: a experiência do Consórcio Intermunicipal Central Paulista. **Interações**. Campo Grande: 9, 1, p. 55-63, janeiro-junho de 2008.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gestão pública municipal e inovação no Brasil. *In*: ANDREWS, Christina; BARIANI, Edison. **Administração pública no Brasil: breve história política**. São Paulo: Editora UNIFESP, 2010.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luís Antonio; DUVAL, Henrique Carmona. O preço amargo das parcerias dos assentamentos com as usinas. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, n. 11, p. 21-44, 2008.

FUNDAÇÃO Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. [http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=ano\\_save#0](http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=ano_save#0). Acesso em 13 de julho de 2012.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GALLO, Zildo. **Ethos – a grande morada humana: economia, ecologia e ética**. Itu (SP): Ottoni, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José; QUEDA, Oriovaldo. Distribuição da renda e posse da terra na produção e consumo de alimentos. *In*: PINSKY, Jaime (Org.). **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: Hucitec, 1977.

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro; GALLO, Zildo; MARTINS, Lília A. de Toledo Piza. Passado, presente e futuro da agroindústria canavieira do Brasil: uma reflexão a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável. *In*: MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de;

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Vigésima Sexta Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

JUDT, Tony. **O mal ronda a Terra: um tratado sobre as insatisfações do presente**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

JULIO, Jorge Eduardo; PEREIRA, Leonam Bueno; PETTI, Regina. **Dinâmicas regionais e questão agrária no estado de São Paulo**. Segunda Edição. São Paulo: INCRA, 2006.

KOHLHEPP, Gerd. Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, 24, 68, 223-253, 2010.

OREIRO, José Luiz da Costa. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. **Estudos Avançados**. São Paulo, 26, 75, p. 29-40, 2012.

PANIAGUA, Alberto. Criterios y procedimientos para identificar espacios rurales capaces de articularse positivamente a ciudades intermedias. **Políticas Agrícolas**. Cidade do México, Número Especial, p. 243-267, 1998.

QUEDA, Oriowaldo; **A intervenção do Estado e a agroindústria açucareira paulista**. Tese de doutorado da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ/USP: Piracicaba, 1972.

RAMOS, Pedro. Os mercados mundiais do açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno. **Economia Aplicada**. São Paulo, 11, 4, p. 559-585, outubro-dezembro de 2007.

\_\_\_\_\_. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

GRUPO SÃO MARTINHO. <http://www.saomartinho.ind.br/>. Acesso em 13 de novembro de 2011.

SCHEJTMAN, Alexander. Alcances sobre la articulación rural urbana y el cambio institucional. **Políticas Agrícolas**. Cidade do México, Número Especial, p. 139-166, 1998.

SEGATTI, Sonia. **A Expansão da Agroindústria Sucroalcooleira e a questão do desenvolvimento da microrregião de Dracena-SP**. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp. Presidente Prudente, 2009.

SEPÚLVEDA, Sergio. **Desenvolvimento Sustentável microrregional: métodos para planejamento local**. Brasília: IICA, 2005.

SICSÚ, João. A construção de uma estratégia de desenvolvimento. *In*: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2009.

VINHAS, Moisés. **Problemas agrário-camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

